

**A IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA LEITURA E ESCRITA:
UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**
**THE IMPORTANCE OF LITERACY FOR THE DEVELOPMENT OF READING AND WRITING:
A LITERATURE REVIEW**

ISSN: 2674-662X. DOI: 10.29327/2334916.19.1-94

Sônia de Fátima Ribeiro Durans Ribeiro¹

Estevam Pinheiro Lindoso²

Silas Ramos Moraes³

RESUMO

Com este artigo se objetiva compreender os principais aspectos que formam a alfabetização inicial, que é o processo pelo qual as crianças aprendem a ler e escrever. Esse processo é influenciado pelo ambiente familiar, social e escolar. O estudo foi feito de forma qualitativa e descritiva, com o objetivo de identificar os temas mais importantes discutidos em pesquisas de autores especialistas no assunto. Os resultados foram divididos em três temas principais: (1) o que é alfabetização inicial e como ela é vista; (2) como as crianças aprendem a ler e escrever, considerando métodos e habilidades; e (3) os desafios envolvidos, como as práticas de alfabetização, a formação dos professores e a relação com a família. Por fim, as conclusões destacam a necessidade de mais pesquisas e reflexões sobre como o contexto sociocultural influencia a alfabetização. Como metodologia de pesquisa foi realizado um levantamento da literatura acerca da temática da alfabetização.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização. Leitura e escrita. Aprendizagem.

ABSTRACT

This article aims to understand the main aspects that shape early literacy, which is the process through which children learn to read and write. This process is influenced by family, social, and school environments. The study was conducted using a qualitative and descriptive approach, aiming to identify the most relevant themes discussed in research by experts in the field. The results were organized into three main themes: (1) what early literacy is and how it is perceived; (2) how children learn to read and write, considering methods and skills; and (3) the challenges involved, such as literacy practices, teacher training, and the relationship with the family. The conclusions highlight the need for further research and reflection on how the sociocultural context influences literacy. The methodology used was a literature review focused on the theme of literacy.

KEYWORDS: Literacy. Reading and writing. Learning.

¹ Mestranda em Ciências da Educação pela Escola Superior de Educação João de Deus - Lisboa, Portugal. **E-MAIL:** soninhadurans123@gmail.com

² Mestrando em Ciências da Educação pela Escola Superior de Educação João de Deus - Lisboa, Portugal. **E-MAIL:** estevam_lindoso@hotmail.com

³ Mestrando em Ciências da Educação pela Escola Superior de Educação João de Deus - Lisboa, Portugal. **E-MAIL:** srmleite@hotmail.com

INTRODUÇÃO

As conceituações e reflexões apresentadas neste artigo se concentram nas características próprias da escrita alfabética, que possui um “sistema de representação [que] se baseia na segmentação da cadeia da fala” (GOODMAN, 2016, p. 46).

Falar em alfabetização inicial exige conhecimento sobre a língua que se pretende ensinar. A leitura e a escrita são ferramentas funcionais vinculadas ao contexto sociocultural. Elas possibilitam compreender o mundo; desenvolver autonomia, reflexão, imaginação, pensamento crítico e criatividade; favorecer a regulação emocional e o fortalecimento da identidade pessoal; incentivar a livre expressão; ampliar a visão subjetiva sobre as coisas; mobilizar o pensamento; reinterpretar e transformar a realidade; comunicar emoções, sentimentos e questionamentos; além de contribuir para a construção do conhecimento (FERREIRO, 2014).

As ações de ler e escrever ocorrem de forma cotidiana e se estendem por toda a vida, sendo fundamentais em qualquer processo de formação. Por isso, a alfabetização é considerada um direito universal, permitindo o acesso a outros direitos como cidadãos (SOLÉ, 2018).

A alfabetização é uma das primeiras conquistas das crianças ao ingressarem no sistema escolar, funcionando como base para futuras aprendizagens e sendo indispensável para o sucesso acadêmico. Além disso, as práticas de leitura e escrita estão diretamente relacionadas aos processos de produção do pensamento, à comunicação e ao desenvolvimento de estruturas lógicas essenciais, inclusive no campo da matemática (GÓMEZ, 2013).

A leitura e a escrita mobilizam diferentes formas de pensamento e raciocínio, permitindo a configuração de novos conceitos e objetos. Nessas interações, envolvem-se interesses, gostos, significados,

ideologias, posturas ético-políticas e relações de poder, entre outros aspectos (SOLÉ, 2018).

Por essa razão, são consideradas dispositivos que promovem a participação e a integração dos indivíduos nas dinâmicas culturais de uma determinada população. Além disso, sustentam iniciativas voltadas para a redução das desigualdades sociais (FERREIRO, 2016).

Como existem diversas abordagens sobre a leitura e a escrita no contexto escolar, é relevante rastrear os conceitos associados aos processos de alfabetização e os métodos que, até o momento, orientaram seu ensino. Esses aspectos envolvem o desenvolvimento de habilidades próprias da linguagem e a aquisição e uso do código formal. Portanto, a pergunta que orienta a pesquisa é: quais são os discursos, práticas e condições que caracterizam o ensino e a aprendizagem da leitura e da escrita iniciais?

Para responder ao problema de pesquisa, o trabalho é composto por três eixos temáticos: alfabetização inicial: 1) Concepções e perspectivas: desenvolvem-se os enunciados centrais que permitem compreender as implicações e os alcances desse conceito. 2) Aprender a ler e a escrever: uma questão de métodos e habilidades?: apresenta a importância da adoção de métodos e do desenvolvimento de habilidades, que são considerados necessários para a compreensão desses processos. 3) Práticas alfabetizadoras, formação de professores e envolvimento familiar: menciona as problematizações existentes em relação a esses fatores.

Por fim, são consolidadas as conclusões e apresentados questionamentos que ampliam a necessidade de continuar aprofundando e refletindo sobre os efeitos da alfabetização em relação ao contexto sociocultural no qual ela ocorre.

ALFABETIZAÇÃO INICIAL: CONCEPÇÕES E PERSPECTIVAS

Para este estudo, é fundamental explorar o conceito de alfabetização, suas implicações e sua influência nos processos de desenvolvimento e constituição dos indivíduos ao percorrer as dimensões familiar, social e escolar. Por isso, agrupam-se as principais definições associadas à alfabetização inicial e à escrita emergente, com o objetivo de destacar sua polissemia e complexidade. De acordo com Ferreiro (2014), a alfabetização refere-se ao desenvolvimento da linguagem oral e escrita e ao início da fonetização — associação entre letras e sílabas — que implica relacionar as unidades escritas com as orais.

A alfabetização pressupõe um ato de ensino, pois, ao contrário de falar e ouvir, ler e escrever não ocorrem de forma natural. Assim, a intervenção dos professores tem a função de acompanhar o estudante no processo de transição “do analítico para o sintético” (MORAIS; LEAL, 2016, p. 4). Isso se relaciona com:

O domínio do significado atribuído às palavras, a identificação de sons, a composição de sílabas, as representações gráficas e sua recorrência em outras palavras. A educação infantil é um ciclo formativo determinante, no qual começa a se estabelecer uma mediação entre as crianças, a linguagem e as práticas de leitura e escrita em um ambiente de interação e convivência (GÓMEZ, 2013, p. 26).

No entanto, é importante destacar que aprender a ler e a escrever é um processo que transcende os diferentes níveis educacionais – tanto em contextos formais quanto não formais – e ao longo de toda a vida (FERREIRO; TEBEROSKY, 2016).

A alfabetização apresenta múltiplos significados e tem sido objeto de estudo sob diversas abordagens teóricas ao longo do tempo. Caracteriza-se por diferentes fundamentos epistemológicos, os quais se refletem em variadas propostas metodológicas adotadas nos contextos educacionais. Segundo Morais e Leal

(2016, p. 14), é possível compreender as teorias que sustentam a alfabetização e os discursos e práticas que a configuram por meio de três dimensões: “a disciplina que a fundamenta (pedagógica, linguística, psicológica ou sociológica); o ponto de vista adotado (universal ou situado); e o foco pedagógico (centrado no processo de aprendizagem ou no processo de ensino)”. Essas dimensões revelam a complexidade do fenômeno e indicam a necessidade de uma abordagem integrada e contextualizada da alfabetização nos processos escolares.

Além disso, a noção de alfabetização é enriquecida por disciplinas externas à pedagogia, como a linguística, cujos estudos problematizam essencialmente as unidades estruturais de significado (palavra, frase, texto ou discurso). Também envolvem habilidades próprias da linguagem oral que enriquecem e fortalecem as conexões com a linguagem escrita (GÓMEZ, 2013).

Outros pesquisadores como Morais e Leal (2016) descrevem o processo de alfabetização como o ensino da língua escrita, no qual se envolve a conexão do desenvolvimento corporal com o exercício da motricidade fina e grossa.

O conceito de alfabetização “teve que evoluir para incluir, em sua definição, outros tipos de linguagem que não são, necessariamente, formados a partir de letras ou alfabetos escritos” (MORAIS; LEAL, 2016, p. 4). Dessa forma, incorporam-se termos como alfabetizações múltiplas, para descrever a necessidade de explorar e refletir sobre as formas cada vez mais diversas que os indivíduos encontram para se comunicar além das comumente adotadas no contexto escolar, e alfabetização emergente, para nomear o conjunto de habilidades, conhecimentos e atitudes que as crianças desenvolvem sobre a língua escrita antes de enfrentar seu ensino explícito, sistemático e formal (GÓMEZ, 2013).

A alfabetização envolve as representações sociais e as compreensões do mundo que cada cultura

assume: leitura, escrita e oralidade são meios pelos quais os indivíduos acessam saberes, convenções e tradições de seu entorno, e através dos quais podem ressignificar e inventar novas formas de entender. A maneira como cada sociedade produz e ensina as formas de transcrever os símbolos escritos para a linguagem oral e vice-versa é uma criação cultural (FERREIRO; TEBEROSKY, 2016).

A alfabetização é uma prática e uma construção social, que varia conforme as condições particulares de cada momento histórico. Por exemplo, hoje é indispensável incluir o componente digital, as linguagens multimídia e o uso das tecnologias, entre outros, ao se pensar nos processos de imersão na leitura e escrita das novas gerações (MORAIS; LEAL, 2016).

A alfabetização é um aprendizado fundamental que a escola assume, principalmente. De acordo com Smolka (2013), é evidente que as práticas educacionais têm um impacto fundamental na sua consolidação e que os professores são considerados os principais responsáveis. No entanto, reconhece-se que os processos de alfabetização começam antes do ingresso das crianças na educação formal e estão marcados pelas interações linguísticas que ocorrem desde a primeira infância no contexto familiar, onde as crianças aprendem a nomear tudo ao seu redor e suas vivências. Nessas dinâmicas, promove-se o desenvolvimento e o uso da linguagem oral e o contato com a cultura escrita através da exploração cotidiana de diferentes tipos de materiais impressos – contos, listas, anotações, quadrinhos, livros, revistas, jornais, entre outros.

A alfabetização inicial agrupa todas as aproximações à escrita que as crianças desenvolvem, como o rabiscar, a representação convencional das letras e o uso de símbolos. Em relação à leitura, reconhece-se que nas condições do mundo atual predomina uma cultura em torno da imagem, o que exige nos processos alfabetizadores uma exploração mais profunda das possibilidades de compreensão e

interpretação das informações apresentadas em formato visual (MORAIS; LEAL, 2016).

Alfabetizar é visto como o processo pelo qual se pode acessar a informação e aumentar a produtividade. Portanto, garantir a alfabetização de todas as crianças que iniciam sua vida acadêmica é fundamental para a formação e representa uma demanda escolar e social à qual é necessário responder (FERREIRO; TEBEROSKY, 2016).

Por isso, para aprender a ler e escrever, a criança precisa de acesso a um ensino intencional e sistemático, que exige que os estudantes, independentemente de seus níveis socioeconômicos, contem com cenários participativos e estimulantes. Esta é uma condição essencial para avançar na apropriação da linguagem escrita e para estabelecer, de forma conjunta, o gosto e o interesse pelas práticas de leitura (GÓMEZ, 2013).

Oferecer aos estudantes ambientes que lhes permitam explorar sua linguagem oral, acompanhada de um amplo contato com a leitura e a escrita, é dar-lhes a oportunidade de manifestar essa competência que, no campo linguístico, os torna detentores do domínio da língua espanhola, sua fonética, semântica e até sua gramática. Assim, surge o desafio de ir além do enfoque na decodificação – compreensão de símbolos e suas combinações – em direção à apropriação dessas práticas, marcadas pelo uso voluntário, pelo gosto espontâneo e pela criação própria (SMOLKA, 2013).

A escrita não se resume ao reconhecimento do código. Pelo contrário, pode-se recorrer ao conceito de *literacy* como a produção de língua escrita, ou seja, fazer um uso consciente e deliberado do código para materializar e expressar ideias por meio de diversos tipos de textos. Por sua vez, a leitura, sendo uma atividade complexa, não se limita à decodificação. Deve passar para o plano da compreensão, que exige a elaboração de sentidos e significados (FERREIRO; TEBEROSKY, 2016).

A frequência com que as atividades alfabetizadoras são realizadas deve ser constante e sustentada ao longo do tempo. Parte-se do pressuposto de que o processo de aprender a ler e escrever não está limitado a exercícios de memorização ou de transcrição imposta. A valorização da alfabetização gira em torno da compreensão e produção da linguagem oral, que pode ser identificada por meio de situações conversacionais cotidianas, somadas à apropriação das práticas de leitura e escrita (GÓMEZ, 2013).

Como exemplo das perspectivas adotadas, está a pedagogia crítica, impulsionada por Freire (2021). Para desencadear processos de alfabetização nas comunidades, ele propõe a exigência de reconhecer e incluir as necessidades e o contexto de quem aprende, por meio de ambientes de investigação. Esses devem permitir a construção de um método ajustado e coerente com o cenário sociocultural e englobar uma visão sociológica que questione como os processos de alfabetização podem reproduzir um modelo opressor e homogenizante ou, por outro lado, se podem se traduzir em um mecanismo de transformação das estruturas sociais. Nas palavras de Freire (2021, p. 60):

Teorizar a alfabetização como uma forma de política cultural pressupõe que as dimensões social, cultural, política e econômica da vida cotidiana sejam as categorias primordiais para a compreensão da escolarização contemporânea.

Ou seja, a alfabetização não está atravessada apenas por um conhecimento voltado ao domínio das letras, sílabas e palavras – código convencional –, mas também por uma apropriação e elaboração de significados situados e conectados com a realidade circundante, que se relacionam com o desenvolvimento social de cada comunidade.

Em síntese, exalta-se a relevância de compreender a alfabetização como um processo que se

constrói e se recria a partir de uma visão ampla e abrangente do que representa apreender e utilizar a linguagem oral e escrita – falar, ouvir, ler, escrever –, sendo necessário potencializar práticas alfabetizadoras coerentes com o entorno sociocultural, para fazer com que as crianças reconstruam as marcas que perduram ao longo do tempo na cultura escrita (FERREIRO, 2012).

APRENDER A LER E ESCREVER

Situar a leitura e a escrita como processos a serem ensinados cria a necessidade de estruturar métodos que orientem sua aprendizagem. Cada modelo de alfabetização que se consolidou historicamente nos discursos e nas práticas escolares possui enfoques e procedimentos específicos que o sustentam. Por exemplo, foram desenvolvidos métodos silábicos, globais, mistos, entre outros (SMOLKA, 2013), que ainda são implementados e reconsiderados na atualidade.

As pesquisadoras Ferreiro e Teberosky (2016) são uma referência fundamental para a compreensão dos processos de alfabetização, ao relacionarem a psicogenética com a psicolinguística. Elas enfatizam o papel da família, da escola e do ambiente sociocultural no momento da aprendizagem da leitura e da escrita, considerando-os fatores essenciais para a produção espontânea de significados pelas crianças. Professores e estudantes são leitores e escritores permanentes.

Por isso, nas produções escritas espontâneas das crianças, é importante reafirmar as intenções comunicativas que elas desejam construir, promovendo exercícios de autoleitura que permitam contrastar a correspondência entre as representações gráficas e os significados atribuídos a elas, o que também se constitui como uma ação de autorrevisão (FERREIRO, 2012).

Os métodos de alfabetização adotados pelos professores refletem a forma como eles, subjetivamente, concebem a leitura e a escrita. Por esse motivo, é importante implementar iniciativas voltadas para a promoção de uma metodologia inovadora e

interativa de alfabetização, centrada na compreensão leitora, no vocabulário e na comunicação oral. Nessas iniciativas, considera-se que um dos elementos mais importantes é a apropriação metodológica por parte dos docentes, razão pela qual são criados espaços de formação e acompanhamento nas instituições educacionais (SMOLKA, 2013).

Além disso, o acompanhamento contínuo do processo dos estudantes é essencial para identificar dificuldades e desenvolver estratégias de apoio e intervenção oportuna. A proposta de alfabetização de adultos liderada por Freire (2021) no Brasil na década de 1950 também evidencia essa perspectiva da intervenção pedagógica do professor, destacando a necessidade de que ele esteja imerso em processos formativos que lhe permitam compreender como os estudantes aprendem e qual a influência de suas ações no contexto escolar.

Atualmente, os conhecimentos do campo da neurociência são incorporados para fundamentar a estimulação criativa, o desenvolvimento socioemocional e multisensorial, visando um aprendizado funcional na educação infantil. Além disso, as contribuições da psicologia apontam dois aspectos fundamentais no processo de alfabetização: (1) as habilidades promovidas nos estudantes e como são incluídas no ensino; e (2) a atenção às dificuldades de aprendizagem. Esses aspectos foram uma constante em muitas das pesquisas consultadas, reiterando a importância de desenvolver um amplo conjunto de habilidades necessárias para a aprendizagem da leitura e da escrita (DEHAENE, 2012). Essas habilidades tornam-se um critério muito importante para os professores ao planejarem atividades de aula e selecionarem materiais.

Entre essas habilidades, incluem-se: a linguagem oral – que abrange a fala e a compreensão do discurso alheio –, o desenvolvimento fonoarticulatório, as habilidades narrativas – como a descrição de lugares, objetos, pessoas e situações cotidianas – e a exploração de práticas de leitura conjunta, que favorecem uma

interação participativa para questionar, dialogar, realizar exercícios de argumentação e compartilhar experiências pessoais e conhecimentos prévios. As habilidades pré-acadêmicas são voltadas para o desenvolvimento da motricidade fina e grossa, da atenção, da coordenação, da memória, das relações espaço-temporais, da percepção de cores e formas, da tradução de estímulos visuais, do desenvolvimento conceitual, da aptidão numérica e dos aspectos convencionais da leitura, relacionados ao sentido de direcionalidade – da esquerda para a direita, de cima para baixo e linha por linha (DEHAENE, 2012, p. 36).

A consciência fonológica refere-se à habilidade de identificar, segmentar ou combinar intencionalmente palavras e manipular os sons das letras, independentemente do significado. De acordo com Ferreira (2014), ela se compõe da consciência lexical, silábica e intrassilábica. Essa habilidade é considerada uma das mais influentes no domínio da escrita, especialmente em sistemas alfabéticos que exigem um aprimoramento semântico e morfosintático, além do desenvolvimento cognitivo necessário para estabelecer relações, fazer inferências, hierarquizar e categorizar informações, bem como explorar a imaginação e a criatividade.

As habilidades linguísticas abrangem o conhecimento e o uso amplo do vocabulário, a ampliação do léxico e a identificação dos convencionalismos da linguagem para compreender o significado das palavras em determinados contextos. O conhecimento alfabético – ou domínio do código – permite discriminar as letras, soletrar e associar a correspondência grafema-fonema. Com o tempo, essa habilidade acelera o processo de decodificação das palavras em um texto e desempenha um papel preditivo, fortalecendo as competências de codificação, decodificação e interpretação de conteúdo, que se conectam à compreensão dos blocos de conceitos que estruturam a escrita: contexto, texto, frase e palavra.

Posteriormente, esses elementos são aplicados na escrita individual, que exige, além disso, uma consciência ortográfica e incentiva o conhecimento do material impresso, permitindo a exploração de uma diversidade de formatos e funções da escrita (GOODMAN, 2016).

Esse conjunto de habilidades e perspectivas demonstra que os métodos de alfabetização não se baseiam em conhecimentos unidimensionais. Pelo contrário, são uma combinação de aportes teóricos e práticos que visam compreender como as crianças chegam ao domínio da linguagem oral e escrita, além de identificar as formas mais adequadas para estimular essa aprendizagem.

PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES E VÍNCULO FAMILIAR

As transformações educacionais não avançam no mesmo ritmo dos desafios do mundo atual, que muda rapidamente e é definido pela era digital. Nesse contexto, os processos de alfabetização não são exceção. Embora amplamente investigados, os avanços no plano teórico nem sempre permeiam os cenários educacionais reais e acabam restritos a iniciativas locais ou individuais de instituições e professores que possuem as condições e o interesse de explorar, dia após dia, outras opções para motivar e acompanhar os estudantes no longo percurso de descoberta que representa a imersão na linguagem oral e escrita (SOARES, 2017).

Atualmente, persistem críticas às "práticas escolares tradicionais: famílias silábicas, textos controlados, escrita como cópia" (FERREIRO, 2012, p. 32), resultantes de uma abordagem behaviorista centrada na repetição, memorização, transcrição e no uso de materiais preditivos, como cartilhas. Esses métodos não dão espaço para a intervenção contextualizada do professor e do aluno, pois privilegiam o mero deciframento dos textos ao

apresentar progressivamente sílabas e palavras. Exigem-se das crianças atividades de leitura e escrita de símbolos alheios e descontextualizados de sua vida, causando, com isso, uma ruptura brusca em seus processos de desenvolvimento e experiência (FERREIRO, 2012).

Essas práticas distanciam-se da construção de significados, pois enfatizam o aspecto metódico e descritivo da língua como uma sequência fragmentada que vai do particular ao geral. O desafio, portanto, é desconstruir a imersão na linguagem como um dispositivo de homogeneização e transformá-la em um processo baseado no princípio da pluralidade. Esse processo deve permitir a construção de um tecido polifônico, com espaços de liberdade que possibilitem aos alunos decidir sobre sua própria leitura e escrita, levando em consideração suas experiências pessoais. É essencial reconhecer que as crianças pensam, questionam-se e reconstruem o sistema de escrita em interação com o meio. Além disso, é importante permitir que brinquem com a escrita, sem impor um único modelo de apropriação nem usar as produções escritas apenas como evidência do que foi realizado na escola (TOLCHINSKY, 2005).

Outra tensão está na pressa por obter resultados concretos sobre o progresso dos alunos. Isso faz com que o uso formal e estruturado da leitura e da escrita configure a alfabetização como uma bandeira de eficiência das instituições educacionais, levando a um esforço para acelerar esses processos nas crianças e limitar o período de aprendizado da língua escrita à fase inicial da escolarização (SOLÉ, 2018).

Essa situação impõe aos professores uma preocupação excessiva e uma urgência para que os alunos demonstrem rapidamente seu domínio do código convencional. Além disso, tende-se a avaliar esse progresso por meio de provas rígidas, focadas na estrutura gramatical da linguagem, sem aprofundar as razões pelas quais um aluno conseguiu ou não desenvolver determinada habilidade. Por isso, é

fundamental não definir uma idade fixa e generalizada para aprender a ler e a escrever, respeitando as diferenças evolutivas (GOODMAN, 2016) e considerando os desafios específicos que cada estudante enfrenta de acordo com as condições particulares do ambiente em que vive.

O nível sociocultural das crianças é considerado um fator determinante para avaliar suas chances de acesso à cultura escrita e se terão ou não as condições para se inserir em ambientes alfabetizadores. Esse fator se torna um elemento de desigualdade, pois a importância de saber ler e escrever não se restringe apenas ao desempenho acadêmico, mas serve como base para aprendizagens futuras. Além disso, vai além da esfera escolar e impacta o acesso ao ensino superior, as oportunidades de trabalho e a possibilidade de melhorar as condições de vida, afastando-se da pobreza (TOLCHINSKY, 2005)

Por isso, é essencial promover e implementar políticas públicas que garantam o acesso gratuito a espaços – escolas, bibliotecas, ludotecas, centros culturais, entre outros – a que contribuam para a redução dessas desigualdades sociais.

A amplitude e a diversificação do conceito de alfabetização influenciam e impõem desafios aos professores, exigindo: formação contínua no campo da didática da leitura e da escrita, visando a melhoria das práticas de ensino; um conhecimento aprofundado sobre os componentes da linguagem oral e escrita; estudo constante da pedagogia; construção de uma concepção própria sobre alfabetização, considerando sua complexidade e sua relação com a formação cidadã; reconhecimento de que cada contexto e cada comunidade deixam sua marca nas práticas de alfabetização e na construção de significado; compreensão de que não há um único modelo universal de alfabetização, sendo necessário que ela ocorra por meio de uma construção conjunta entre professores, alunos, famílias e sociedade; diversificação de estratégias e adaptação contínua às condições do

presente e às múltiplas formas de expressão da linguagem; clareza sobre os processos de ensino a serem mobilizados na sala de aula, levando em conta todas as influências que impactam o contexto escolar; conhecimento e adaptação aos planos nacionais de leitura, escrita e oralidade; e incentivo ao trabalho colaborativo entre professores da mesma comunidade escolar e as famílias dos alunos. Vale destacar que a prática pedagógica de cada professor é diretamente influenciada por suas concepções sobre leitura e escrita, bem como por sua subjetividade individual (SOLÉ, 2018).

Portanto, o papel dos professores nos processos de alfabetização é essencial. As atividades que promovem são decisivas, assim como as condições que criam para que as crianças tenham experiências de leitura e escrita em um ambiente que desperte confiança, interesse e protagonismo, uma vez que, frequentemente, o professor é quem decide os textos a serem lidos e a forma como a escrita é apresentada. O professor, mais do que quantificar e apontar erros, deve compreender os pensamentos e decisões que as crianças expressam por meio da escrita (TOLCHINSKY, 2005)

Além disso, é problematizada a falta de infraestrutura das instituições públicas para oferecer uma variedade de materiais, textos literários e espaços adequados para a promoção da leitura e da escrita. Diante das dinâmicas acadêmicas, propõe-se uma reconsideração do tempo dedicado à participação oral dos alunos, de forma a ampliar os espaços de conversação. O uso da linguagem pelo professor ao se dirigir aos alunos também é crucial, pois permite que as crianças expandam seu vocabulário e adquiram novos conceitos que auxiliem na compreensão do mundo, da cultura e da sociedade (SMOLKA, 2013).

As famílias, como espaço de interação entre crianças, pais, irmãos, parentes e cuidadores, são ambientes ideais para a promoção inicial da alfabetização por meio do diálogo, da exploração de

textos literários, da leitura compartilhada, da narração de histórias e anedotas, de jogos de palavras – rimas, ditados, canções, adivinhas, trava-línguas – e do exemplo. No entanto, o envolvimento familiar pode ser afetado por diversos fatores, como nível de escolaridade, condições socioeconômicas e tempo disponível (MORAIS; LEAL, 2016). Dessa forma, a escola deve buscar estratégias para integrar e apoiar as famílias nesse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da revisão das pesquisas analisadas, conclui-se que há uma tendência predominante em privilegiar o desenvolvimento de habilidades específicas de alfabetização, com ênfase nos aspectos formais da linguagem e na mensuração quantitativa dos avanços dos estudantes nos processos de leitura e escrita. No entanto, esse enfoque, embora relevante, revela a necessidade de ampliar as perspectivas investigativas para além do domínio técnico da linguagem, integrando a alfabetização à formação do pensamento reflexivo, criativo e crítico desde os anos iniciais da escolarização.

Nesse sentido, abre-se um campo fértil para novas abordagens que considerem a linguagem oral, a leitura e a escrita como práticas sociais e culturais, conectadas à construção de sentidos, subjetividades e posicionamentos ético-políticos. Tal proposta requer, entre outros aspectos, a escuta atenta das experiências das próprias crianças com a linguagem escrita e falada, reconhecendo suas percepções, vivências e interações com os textos e os contextos em que estão inseridas.

Essa reflexão demanda o enfrentamento de questões fundamentais, tais como:

- Quais finalidades formativas orientam os processos de alfabetização nas instituições escolares?
- De que maneira os diferentes atores sociais e educativos intervêm nessas práticas?

- Qual é o papel do professor nos processos de alfabetização e como sua formação influencia suas escolhas pedagógicas?
- Que intencionalidades estão por trás das práticas letradas promovidas pela escola?
- Como os interesses sociais, culturais e econômicos de uma nação se articulam com as políticas públicas de leitura, escrita e oralidade?
- Em que medida a leitura e a escrita contribuem para a formação do pensamento individual e coletivo?
- Quais pontos de inflexão podem abrir espaço para experiências inovadoras e significativas com a linguagem no ambiente escolar?

Dessa forma, os enfoques e procedimentos adotados pelos professores no processo de alfabetização devem ser resultado de formações contínuas e fundamentadas, que sustentem práticas pedagógicas conscientes, contextualizadas e sensíveis às especificidades de cada realidade. Os ambientes de aprendizagem, os espaços escolares e os materiais didáticos, portanto, devem ser concebidos como elementos estruturantes dessas práticas.

Como principais mediadores entre os estudantes e o conhecimento da linguagem, os professores precisam aprofundar-se em pesquisas na área da alfabetização, partindo das vivências concretas das salas de aula. Com isso, será possível desenvolver programas institucionais de alfabetização situada, que respeitem as particularidades de cada contexto e promovam o diálogo constante com as famílias, assegurando a participação ativa de todos os envolvidos no processo formativo.

REFERÊNCIAS

- DEHAENE, Stanislas. **Os neurônios da leitura**. Porto Alegre: Penso, 2012.
- FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. 12. ed. São Paulo: Artmed, 2016.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

FERREIRO, Emília. **Passado e presente dos verbos ler e escrever**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FREIRE, Paulo. **Alfabetização**: Leitura do Mundo, Leitura da Palavra. Paz & Terra, 2021.

GÓMEZ, Andrés. **Alfabetização visual**: leitura de imagens na sala de aula. Porto Alegre: Penso, 2013.

GOODMAN, Kenneth S. **O processo de leitura**: considerações a respeito das línguas nativas e da segunda língua. Porto Alegre: Artmed, 2016.

MORAIS, Artur Gomes de; LEAL, Telma Ferraz (Org.). **Alfabetização**: apropriação do sistema de escrita alfabética. Recife: Bagaço, 2016.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. **A criança na fase inicial da escrita**: a alfabetização como processo discursivo. São Paulo: Cortez, 2013.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura**. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.

TOLCHINSKY, Lílíana. **Aprendizagem da linguagem escrita**: processos evolutivos e implicações didáticas. Porto Alegre: Artmed, 2005.